

A síndrome do mandato indefinido

Ricardo Noblat

Qual o presidente José Sarney que vale? O que reuniu, em janeiro último, os novos governadores do PMDB e produziu o discurso à esquerda jamais produzido por um presidente brasileiro nos últimos 22 anos? Ou o que alertou na semana passada um grupo de deputados do PFL para o risco de uma minoria revolucionária, a exemplo do que aconteceu em Praga no final da década de 40, utilizar-se do Parlamento para empolgar o poder e instalar, depois, a ditadura comunista?

Valem os dois — e são as circunstâncias que ditam qual deles vale em determinada ocasião. O presidente Tancredo Neves não seria diferente, embora a comparação não sirva para absolver Sarney. Como Sarney, por exemplo, Tancredo rejeitou publicamente a hipótese da ida do Brasil ao FMI. Ao contrário de Sarney, Tancredo atuou na sombra para que o governo Figueiredo fechasse um acordo com o fundo antes da data de sua posse. Que o digam os ex-ministros Delfim Netto e Ernane Galves.

Aos governadores recepcionados no Palácio da Alvorada, o presidente Sarney apresentou-se como reformador social que arrotava pesadas conseqüências e que necessita de apoio político para não recuar de sua opção preferencial pelos pobres. O deputado Chico Pinto ficou impressionado com o que disse Sarney. O tom do discurso foi responsável por sua não divulgação oficial através da Secretaria de Imprensa da presidência da República. Alguns trechos, depois, vazaram para jornais e revistas.

Foi o Sarney conservador, adversário da moratória e das Diretas Já, quem conversou informalmente com deputados do PFL no mesmo Palácio que abrigou os governadores encantados com sua verve. Em meio ao diálogo, onde se discutiam as intenções do PMDB com sua proposta de regimento interno da Constituinte, o presidente lembrou de citar, em apoio aos seus argumentos, o livro *O Assalto ao Parlamento*, escrito pelo tcheco Jan Kozak.

No livro, sob o subtítulo "Como pode o Parlamento desempenhar um papel revolucionário na transição para o socialismo", Kozak conta a estratégia utilizada pelos comunistas para tomarem o poder em Praga mesmo sendo minoritários na Assembléia Nacional tcheco-eslovaca. O autor abre o primeiro capítulo do livro com o pomposo título de "A combinação da pressão de cúpula com a pressão de base, uma das condições elementares para a utilização revolucionária do Parlamento".

Quer acreditar o presidente — ou, pelo menos, disse que acredita — em uma conspiração que se processaria dentro da Constituinte para, primeiro, manietar seu governo e, depois, apressar sua saída do Palácio do Planalto. Onde o presidente parece enxergar uma conspiração há, simplesmente, o desejo compartilhado por um razoável contingente de constituintes de encurtar-lhe o mandato. O desejo pode não ser o mais conveniente ao país no momento, mas não é ilegítimo.

Não vive o presidente a repetir que a duração do seu mandato é assunto para ser deliberado pela Constituinte livre e soberana que ele mesmo convocou? Não sugeriu o presidente, em mais de uma ocasião, que a Constituinte deveria logo definir seu tempo de permanência no poder para que ele possa melhor governar e tratar da renegociação da dívida externa? Ou só vale para o presidente se a Constituinte confirmar, e logo, o mandato de seis anos previsto na atual Constituição?

A recente crise armada em torno da proposta de regimento interno da Constituinte só tem duas razões para ter ocorrido: ou se deu por uma extraordinária falta de competência e de coordenação política do governo ou foi produzida sob medida para tentar acuar o PMDB e exibi-lo aos olhos do público como um partido que não perde uma chance para golpear o presidente da República. A crônica da crise, que a essa altura já parece desarmada, sugere que aconteceram as duas coisas.

Foi do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, a redação original do parágrafo 7 do artigo 57 do regimento da Constituinte que instituiu a figura do Projeto de Decisão — a brecha por onde a atual Constituição poderia começar a ser revogada desde já e por onde poderia ser enxugado o mandato do presidente. Foi o PMDB, através do senador Fernando Henrique Cardoso e de outros líderes, que enxertou na redação do parágrafo uma série de condicionantes que, na prática, anulariam seu uso.

Sarney foi apresentado à proposta do parágrafo revisto e concordou com ela. Na véspera da votação que não ocorreu, foi convencido por líderes do PFL de que por ali poderiam escoar sua autoridade e seu mandato. Julgou a cúpula do PMDB que a reação do PFL era despropositada e pretendia apenas faturar prestígio junto ao presidente — e tocou para frente o que antes fora combinado com Sarney via Sant'Anna. Configurou-se a crise. Sofre o presidente de mania de perseguição.

Sofre, principalmente, a circunstância de governar com um mandato e com um partido que originalmente não eram seus. O partido continua não sendo.



Marcelo Gatto, Salomão Malina e Roberto Freire presidiram a reunião

PCB mantém aliança com Sarney

São Paulo — O Partido Comunista Brasileiro decidiu manter-se alinhado ao governo do presidente Sarney e lançar uma campanha nacional de apoio à moratória e à criação de um programa econômico de emergência. Reunião extraordinária da direção nacional, realizada a portas fechadas sábado e domingo na Assembléia Legislativa, decidiu não indicar um substituto para o secretário-geral Giocondo Dias, que se recupera de uma operação no cérebro na União Soviética.

do partido deverá ser renovada apenas em maio e duas candidaturas já vêm sendo articuladas: a do deputado Roberto Freire (PCB-PE) e a do dirigente Salomão Malina.

Unidade essencial

Durante a reunião extraordinária, os 38 membros da direção nacional do PCB chegaram à conclusão de que o atual momento político exige o "reforço da unidade das forças democráticas que apóiam o governo Sarney para evitar que os conflitos prejudiquem a transição", segundo explicou o dirigente nacional Givaldo Siqueira.

Os comunistas acreditam que os partidos que respaldam o governo federal podem alcançar a unidade na defesa da moratória e, a partir dela, resolver as

"questões internas" que os separam. Apesar de manter o apoio a Sarney, os comunistas reservam-se o direito de continuar com as críticas à condução da política interna e na defesa da adoção imediata de um programa econômico de emergência. Givaldo Siqueira não adiantou, entretanto, quais serão as sugestões do PCB para esta política.

"Nós defendemos, também" — disse — "a soberania da Constituinte, mas consideramos que, da mesma forma, é importante assegurar a estabilidade do governo. Não pode haver conflito entre estes dois pontos, e os partidos precisam buscar um denominador comum que garanta a soberania e assegure um governo estável. E nesse sentido que vamos trabalhar".

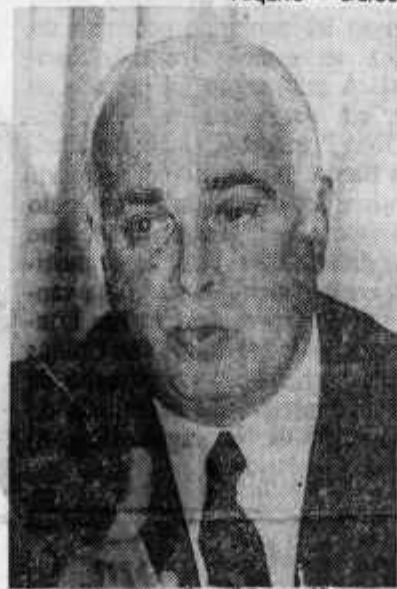
Antônio Carlos desmente jornal

Arquivo — 6/8/86

Brasília — Por telefone e bastante irritado, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, desmentiu reportagem em que o jornal *Folha de São Paulo* lhe atribuiu a seguinte frase: "Querem ver o Sarney me tirar". O ministro disse que a reportagem é uma "mentira vulgar", e que a intenção do jornal foi fazer uma intriga para perturbar o relacionamento do presidente com seus auxiliares.

Sempre enfatizando o respeito que tem pelo presidente da República, Antônio Carlos disse que na viagem de Sarney a Salvador não houve tempo para conversas políticas, muito menos sobre reforma ministerial. "O assunto foi a Bahia e a preservação do seu patrimônio histórico", disse. O ministro redigiu uma nota de desmentido à *Folha* no momento em que falava ao telefone. É a seguinte:

"Trata-se de uma intriga vulgar. Amigo do presidente Sarney há 30 anos, a sua posição exige respeito hierárquico que ninguém mais do que eu preserva. A



Antônio Carlos Magalhães

informação do representante da *Folha* merece desmentido formal e a minha repulsa completa. Merecedor da confiança do presidente, tudo farei para continuar servindo ao meu país de acordo com as diretrizes de Sua Excelência.

"É inacreditável que, em momento difícil como o que atravessamos, intrigantes queiram com a mentira perturbar o trabalho que se realiza. O presidente Sarney merece o respeito da nação pelo seu trabalho e pela dignidade que imprime à sua atuação como presidente da República. O ministério, todo ele, é da confiança do presidente, que fará, quando julgar oportuno, as mudanças que quiser."

"O que não é possível é a utilização de métodos tão escusos de intriga para perturbar o relacionamento do presidente com seus auxiliares. Repilo com veemência a nota publicada e não preciso repetir, porque é óbvio, que ministro é da confiança do presidente da República."

Amaral dá prazo a Ulysses para reabrir Câmara

Brasília — O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, tem prazo até meio-dia para dizer ao líder do PDS, Amaral Neto, se abre ou não a sessão de instalação da Câmara dos Deputados. Se a resposta for negativa, o líder pedetista está disposto a fazer a Câmara funcionar de qualquer jeito, com a ajuda do líder do PFL, José Lourenço. "Eu quero ver quem me impede de abrir essa sessão", desafiou Amaral ontem.

A Câmara, empossada no dia 1º de março, não começou a funcionar nem elegeu sua Mesa. Enquanto isto não acontecer, os deputados deixam de receber jetons, ficando apenas com a parte fixa dos subsídios. PDS, PFL e o presidente José Sarney são os maiores interessados em que os trabalhos comecem logo. Com a Câmara e o Senado em funcionamento, Sarney conta com o apoio do Poder Judiciário, dificultando uma decisão que poderia reduzir seu mandato.

Na tentativa de demover Amaral de sua idéia, o líder do PMDB, Luís Henrique, telefonou-lhe ontem de manhã. "Não acredito que seja bom para a democracia arrastar desta forma a autoridade de Ulysses", afirmou o pedetista, repetindo um argumento que usara sábado numa conversa com José Lourenço. Com o líder pedetista ele ficou tranquilo, porém com Amaral, o máximo que conseguiu foi marcar uma nova conversa para hoje.

Mas o líder Amaral Neto diz que vai até o Supremo Tribunal Federal. Há quatro dias Amaral ameaça. "Eu quero que a Câmara funcione ordinariamente para ser a válvula de escape da guerra partidária. Não posso criticar o governo da tribuna da Constituinte", justifica.

O plano do deputado é simples: Ele pedirá à portaria da Câmara dos Deputados a lista de presença na Casa. Havendo número regimental — 48 deputados —, tocará a campanha, declarando aberta a sessão. De acordo com um acordo com José Lourenço, este colocará sua bancada em plenário e a sessão terá início.

"Que eu saiba, o José Lourenço não voltou atrás em nada do que acertou comigo", disse Amaral Neto, quando soube ontem da conversa do líder pedetista com Luís Henrique. Partidários da idéia de que a Câmara deve funcionar ordinariamente estão também o PTB e uma parte do PMDB. Enfatizadamente contra a idéia estão o PT, o PDT, o PCB, o PC do B e o grupo Pró-Soberania do PMDB.

PMDB só garante a Sarney quatro anos

Brasília — O PMDB não aceita negociar a aprovação de sua proposta de regimento da Constituinte em troca da garantia de seis anos de mandato para o presidente José Sarney, afirmou o líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, depois de um encontro de duas horas com o ministro Marco Maciel, sábado à tarde. A única coisa que o partido garante é que não aceita nenhuma proposta que diminua o mandato do presidente José Sarney para menos de quatro anos. "O período de quatro, cinco ou seis anos será determinado pela evolução do processo político e não numa rodada de conversações", disse Luís Henrique.

O chefe do Gabinete Civil está preocupado, segundo Luís Henrique, com a disparidade de informações em torno das discussões sobre o mandato presidencial. "O tema não está na mesa de negociações", rejeita o deputado, descartando sua ligação com a aprovação do regimento interno da Constituinte.

A polêmica sobre o regimento será reaberta hoje, com a volta do deputado Ulysses Guimarães a Brasília. Um ponto ainda é foco de debates e divergências: o funcionamento (ou não) das duas Casas do Congresso durante os trabalhos da Constituinte. O PFL quer Câmara e Senado abertos, em sessões normais duas vezes por semana, além das sessões extraordinárias para votação de assuntos relevantes. O PMDB quer o recesso total com a possibilidade de realizar sessões só se houver assuntos a serem votados.

Montoro diz que disputa sucessão se o sistema for o presidencialismo

Brasília — Pouco antes de ser recebido à noite para um jantar no Palácio da Alvorada, o governador de São Paulo, Franco Montoro, declarou-se candidato à sucessão do presidente Sarney. "Desde que a Constituinte mantenha o sistema presidencialista de governo, sou candidato à sucessão. Se o sistema for parlamentarista, ainda vou pensar." Ao chegar às 20h30min ao Alvorada, acompanhado de sua mulher, Lucy, ele disse que não reivindicaria o posto de ministro das Relações Exteriores, mas que, se Sarney fizesse o convite, estaria disposto a examinar o assunto.

Montoro chegou munido de documentos que comprovam o sucesso do seu governo em São Paulo. Num fascículo impresso, a ser entregue ao presidente Sarney, ele demonstrava que reduziu a 0,5% do orçamento do estado o déficit encontrado no início da administração.

Acordos de Quêrcia — O acordo entre o governador eleito de São Paulo e o PTB foi sacramentado neste final de semana, garantindo a Orestes Quêrcia maioria entre os 84 membros da Assembléia Legislativa. O PTB fica com a Secretaria da Indústria e Comércio e diretorias em algumas estatais, como a Vasp, a Eletropaulo, a Fepasa e a Caixa Econômica estadual. O acordo complementa a estratégia de Quêrcia para governar com tranquilidade, pois ele já selou acordos semelhantes com o PFL e o PDT. O PFL ficou com a Secretaria de Administração e o comando de metade dos quase 600 mil funcionários estaduais. Já ao PDT couberam algumas diretorias em empresas estatais. Quêrcia promete para amanhã a relação completa do secretariado.

Dívida — A Câmara Municipal de Belo Horizonte deve aprovar esta semana uma representação do vereador Arthur Vianna (PL) ao presidente José Sarney solicitando o envio de uma relação pormenorizada dos empréstimos contraídos pelos governos brasileiros após abril de 1964, com a discriminação de montantes, juros, destinação e de quem os autorizou. Segundo a representação, entregue à presidência da Câmara na última sexta-feira, esta relação será apreciada pelos vereadores durante um simpósio sobre dívida externa que será realizado em abril, e divulgada posteriormente à população. "Cada cidadão brasileiro deve hoje o equivalente a 1 mil dólares (mais de Cr\$ 20 mil) e tem o direito pelos menos de saber em que foi usado o dinheiro", justificou Arthur Vianna.